

PARECER N° 40/PP/2013-P

CONCLUSÕES:

- 1. Os princípios gerais das incompatibilidades com o exercício da advocacia estão estabelecidos no art. 76º do E.O.A., designadamente no n.º 2.**
- 2. No n.º 1 do art. 77º do E.O.A. estão elencadas as incompatibilidades a título meramente exemplificativo.**
- 3. A actividade de mediação de seguros é incompatível com o exercício da advocacia.**

- I- Por e-mail de 25 de Julho de 2013, dirigido à Secretaria do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, posteriormente distribuído para emissão de parecer, o Senhor Dr. (...), Advogado, titular da Cédula Profissional nº (...), pediu que o informassem “se a actividade de mediador de seguros é incompatível com o exercício da advocacia, nos termos do artº 77º do E.O.A.”

Delimitada a questão, importa emitir parecer, o qual é da competência deste Conselho Distrital, nos termos do disposto no art. 50º, nº 1 al. f) do Estatuto da Ordem dos Advogados (E.O.A.)

- II- A matéria relativa às incompatibilidades vem regulada nos artºs 76º e 77º do E.O.A. Dispõe o artigo 76.º do E.O.A.:

“n.º 1 – O advogado exercita a defesa dos direitos e interesses que lhe sejam confiados sempre com plena autonomia técnica e de forma isenta, independente e responsável.

n.º 2 – O exercício da advocacia é inconciliável com qualquer cargo, função ou actividade que possam afectar a isenção, a independência e a dignidade da profissão.”

Por sua vez, o artigo 77º faz uma enumeração exemplificativa de cargos, actividades ou funções que são incompatíveis com o exercício de advocacia.

Assim, haverá outras situações que, não estando expressamente previstas neste preceito legal, configuram uma incompatibilidade.

Em geral, o interesse da incompatibilidade é, além de proteger a isenção, independência e dignidade da profissão de advogado, prevenir situações de violação do dever de segredo profissional (art. 87º), conflitos de interesses (art.94º) ou angariação de clientela pelo próprio ou interposta pessoa (alínea h) do n.º 2 do art. 85º). Por outro lado, um dos deveres do advogado é o de agir livre de qualquer pressão, especialmente a que resulte dos seus próprios interesses ou de influências exteriores (art. 84º).

- III- A mediação de seguros é ***"qualquer actividade que consista em apresentar ou propor um contrato de seguro ou praticar qualquer outro acto preparatório da sua celebração, em celebrar o contrato de seguro, ou em apoiar a gestão e execução desse contrato, em especial em caso de sinistro"*** (alínea c) do art. 5º do DL n.º 144/2006, de 31/07).

O mediador de seguros é qualquer pessoa singular ou colectiva que inicie ou exerça, mediante remuneração, a actividade de mediação de seguros (alínea e) do art. 5º do DL n.º 144/2006, de 31/07).

O mediador de seguros pode exercer actividade como **mediador de seguros ligado**, actuando sob a responsabilidade de uma ou mais empresas de seguros, seja em nome e por conta de uma companhia de seguros ou com autorização desta, seja como complemento da sua actividade profissional, como **agente de seguros**, caso em que actua sob a responsabilidade de uma ou mais empresas de seguros ou de outro mediador de seguros ou como **corrector de seguros**, hipótese em que a pessoa exerce a actividade de seguros de forma independente face às empresas de seguros (art. 8º do DL n.º 144/2006, de 31/07).

Em qualquer caso, procede à angariação de clientes, apresentando soluções e propostas, que podem levar à celebração de contrato de seguro, podendo inclusivamente celebrar contratos em nome da seguradora caso estejam habilitados para tal.

- IV- Coloca-se a questão de saber se o exercício da mediação de seguros põe em risco os interesses acima referidos, ou seja, se os motivos que levaram o legislador a prever (a título exemplificativo), no artº 77º do E.O.A., que determinados cargos, funções ou

À semelhança do que tem sido entendido por este Conselho Distrital, a nossa opinião é no sentido de que a resposta é afirmativa. Com efeito, a actividade de mediação de seguros, tal como a mediação imobiliária, traduz-se na angariação, para terceiros, de interessados na celebração de contratos, fazendo as necessárias diligências e actos preparatórios. No caso da mediação de seguros, acresce o acompanhamento da execução do contrato, em especial em caso de sinistro.

Ora, a mediação de seguros poderá afectar não só a isenção e independência do advogado, mas também o seu dever de segredo profissional, e ser, além disso, potenciadora de conflitos de interesses. Mais: proporciona evidentes situações de angariação de clientela pelo próprio advogado. Poderá, até, permitir a celebração de contratos, em proveito próprio, sobre matéria confiada ao advogado (alínea d) do n.º 1 do art. 95º do E.O.A.).

Trata-se, assim, de uma actividade que é incompatível com o exercício da advocacia.

V- Em conclusão:

- 1. Os princípios gerais das incompatibilidades com o exercício da advocacia estão estabelecidos no art. 76º do E.O.A., designadamente no n.º 2.**
- 2. No n.º 1 do art. 77º do E.O.A. estão elencadas as incompatibilidades a título meramente exemplificativo.**
- 3. A actividade de mediação de seguros é incompatível com o exercício da advocacia.**

Este é, salvo melhor opinião, o meu parecer.

À sessão.

Porto, 2 de Novembro de 2013

A Vogal Conselheira Relatora

Catarina Pinto de Rezende